

I. Introdução

1. Este Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos (“Manual de Compliance”) descreve as regras, procedimentos e controles internos realizados pelas empresas do Conglomerado Financeiro Banrisul autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, com vistas a atender às exigências da Instrução CVM nº 558 (ICVM 558).

2. As regras, procedimentos e controles internos descritos neste Manual de Compliance são adequados, efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos e garantem o permanente atendimento às normas, políticas e regulamentações vigentes referentes às diversas modalidades de investimento, à própria atividade de administração de carteiras de valores mobiliários e aos padrões ético e profissional.

3. O Manual de Compliance se aplica a atividade de administração de carteiras exercida pelo Conglomerado Financeiro Banrisul e está em consonância com as Instruções CVM nº 301, de 16/04/1999 (ICVM 301), nº 505, de 27/09/2011 (ICVM 505), nº 543, de 20/12/2013 (ICVM 543), nº 555, de 17/12/2014 (ICVM 555) e nº 558, de 26/03/2015 (ICVM 558) e alterações posteriores e com os Códigos ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento e dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais.

II. Das Regras e Procedimentos

Da Segregação das Atividades

4. As atividades de administração de carteiras, administração fiduciária e gestão de recursos são segregadas física e funcionalmente, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. responsável pela administração fiduciária (Administrador Fiduciário) e a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio responsável pela gestão de recursos (Gestor de Recursos), conjuntamente denominados Administradores de Carteiras do Conglomerado Financeiro Banrisul.

5. As atividades de administração de carteiras desenvolvidas pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos são segregadas física, lógica e funcionalmente das demais atividades desenvolvidas pelas empresas, de forma independente e exclusiva, em especial no que tange a gestão de recursos.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 1 de 28

6. A Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, subordinada diretamente ao Diretor de Administração de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário é a estrutura que responde pela administração e controladorias de ativo e passivo das carteiras sob a administração.

7. A Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, subordinada ao Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos, responde pela gestão dos recursos das carteiras sob a administração fiduciária do Administrador Fiduciário.

8. No âmbito das regulamentações aplicáveis à administração de carteiras, observadas as regras de cumulação descritas nas normas internas específicas aplicáveis às atividades de administração de carteiras, os Diretores Estatutários dos administradores de carteiras têm suas responsabilidades atribuídas em atas do conselho de administração das respectivas empresas, conforme abaixo:

- i. Tanto o Administrador Fiduciário como o Gestor de Recursos atribuem responsabilidades a diretorias estatutárias distintas para o cumprimento das atividades de administração de carteiras, sendo que no Administrador Fiduciário denomina-se Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros e no Gestor de Recursos, Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros.
- ii. Os Administradores de Carteiras também atribuem a diretorias distintas a responsabilidade pelo cumprimento das regras, procedimentos e controles internos (Diretoria de Controle e Risco) que, no caso do Gestor de Recursos, acumula a responsabilidade pela gestão dos riscos.
- iii. Os Administradores de Carteiras mantêm a indicação de diretoria estatutária com responsabilidade quanto à prevenção e combate à lavagem de dinheiro (ICVM 301) que, em ambos os casos, é cumulada pelo Diretor de Controle e Risco.
- iv. O Administrador Fiduciário, em função das atividades de distribuição das cotas dos fundos de investimento que administra, mantém diretoria estatutária com responsabilidade pelo processo de distribuição (ICVM 505) e pelo dever de verificação da adequação dos fundos de investimento ao perfil de cliente (ICVM 539).

9. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos mantêm cadastro atualizado dos Diretores nomeados como responsáveis na CVM, providenciando as alterações, de imediato, observando os prazos estabelecidos na regulamentação vigente e que os respectivos Diretores responsáveis pela

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 2 de 28

administração de carteiras de valores mobiliários sejam autorizados pela CVM para prestar tais serviços e que, enquanto responsáveis pela administração de carteiras dos Administradores de Carteiras, mantenham a condição de credenciados, em consonância com a regulamentação vigente.

10. As regras e os procedimentos adotados pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos relativos à segregação das atividades de administração de carteiras estão consolidadas em normas internas específicas aplicáveis à atividade e em mapeamentos de processos que detalham e demonstram a total separação das duas áreas, Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, com a discriminação das instalações, equipamentos e informações que asseguram a segregação total das atividades.

Da Administração de Conflitos de Interesse

11. Para assegurar que sejam identificados, administrados e eliminados eventuais conflitos de interesse que possam afetar a imparcialidade dos profissionais, o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos observam normas internas específicas para as atividades de administração de carteiras que detalham a administração de conflitos de interesse aplicáveis a atividade de administração de carteiras.

12. Entende-se como conflito de interesse, as circunstâncias que originam ou possam vir a originar um conflito de interesse que prejudique ou venha a prejudicar os interesses de um fundo de investimento e ou carteira administrada, de um conjunto desses veículos, de um ou mais investidores/clientes.

13. Em linhas gerais, os Administradores de Carteiras identificam as seguintes circunstâncias que podem advir de conflitos entre: (i) as demais atividades desenvolvidas pelo Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos; (ii) o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos; (iii) o Gestor de Recursos e um fundo de investimento ou carteira administrada ou um conjunto destes; (iv) o Administrador Fiduciário e um fundo de investimento ou carteira administrada ou um conjunto destes ou um cliente/investidor ou um grupo de clientes/investidores; (iv) entre os profissionais que atuam na atividade de administração de carteiras e os Administradores de Carteiras e ou um fundo de investimento ou carteira administrada ou um conjunto destes.

14. Os eventuais conflitos de interesse existentes ou interesses concorrentes com as atividades de administração de carteiras são administrados e

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 3 de 28

tratados pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos, adotando-se as seguintes regras específicas:

- i. Vedação ao Administrador Fiduciário e ao Gestor de Recursos, seus administradores, empregados e colaboradores de ofertar, solicitar e aceitar benefício, remuneração ou pagamento, inclusive o recebimento de comissões (*soft dollar*) em qualquer espécie, com vistas a não afetar sua independência e objetividade. A única exceção, aceita exclusivamente para as atividades diretamente relacionadas à gestão dos recursos das carteiras dos fundos de investimento, é o recebimento de *researchs* de instituições financeiras e intermediários financeiros selecionados para atuação na execução de ordens de compra e venda de ativos para as carteiras sob gestão, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão de investimento do gestor.
- ii. Mecanismos de governança nos Administradores de Carteiras, que incluem as consultas, as recomendações, os pareceres e deliberações específicas por meio de comitês, com respeito as regras de cumulação de atividades, em ambas as áreas de administração de carteiras, antes das deliberações finais das diretorias responsáveis, denotando independência e transparência nos processos envolvendo as atividades de administração de carteiras.
- iii. A segregação total das atividades de administração de carteiras, administração fiduciária e gestão de recursos, bem como destas duas áreas com outras áreas das empresas que possam gerar conflitos de interesses.
- iv. Código de Ética que comunica os valores e concretiza os deveres que orientam a atuação de seus administradores, empregados e colaboradores que atuam nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários, aplicando-o independentemente do nível hierárquico dos profissionais. Ao receberem o Código de Ética do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos, os profissionais firmam um Termo de Compromisso em que tomam conhecimento de sua existência e das normas e princípios contidos, incorporando-o ao Código de Conduta Ética e à Política de Prevenção à Corrupção do Conglomerado Financeiro Banrisul.
- v. Faculdade do Gestor de Recursos de exercer o direito ao voto nos casos de situação de conflitos de interesse, avaliados caso a caso, ainda que se trate de matéria relevante obrigatória quanto ao exercício de direito de voto, em consonância com a Política de Exercício de Direito de Voto do Gestor de Recursos.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 4 de 28

- vi. Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários (“Política de Investimentos Pessoais”) em que os profissionais firmam Termo de Ciência, cientes do seu teor e de pleno acordo com seu conteúdo, comprometendo-se a cumpri-lo, fielmente, durante toda a vigência das atividades na administração de carteiras e após, no que for cabível e que têm conhecimento que as infrações estão sujeitas a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Complementarmente, os profissionais firmarão, anualmente, Declaração de Conformidade em que declaram que seus investimentos pessoais estão em conformidade com os procedimentos e regras contidas na Política de Investimentos Pessoais.

Da Segurança da Informação e da Confidencialidade

15. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos adotam a política de segurança da informação do Conglomerado Financeiro Banrisul, com diretrizes que são os pilares que abrangem todos os aspectos necessários para a correta aplicação de práticas de segurança da informação para a preservação das informações disponíveis a todos os usuários que têm acesso, independentemente do tipo de contrato mantido com a instituição, indistintamente, sejam eles empregados, terceirizados, estagiários, consultores e ou parceiros em qualquer órgão ou local que estejam atuando em favor da Instituição, tendo ou não acesso à tecnologia.

16. Quanto à atividade de administração de carteiras, o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos adotam, conjuntamente às diretrizes do Conglomerado, normas específicas aplicáveis à atividade que asseguram o controle de informações confidenciais a que tenham acesso seus administradores, empregados e colaboradores, em especial daqueles profissionais detentores de informações privilegiadas, em função de seu cargo ou atribuição, de forma a estabelecer uma barreira de informações com os demais funcionários das áreas.

17. Entende-se como (a) informação privilegiada: a informação que não é pública (é confidencial) e que é material (verificação da relevância da informação), de forma que uma informação é confidencial até que se torne pública; e (b) uso de informação privilegiada: a utilização, mediante compra ou venda de valores mobiliários (inclusive cotas de fundos de investimento), de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, com a finalidade de auferir vantagem para si ou para terceiros.

18. Em função das atividades que desempenham, todos os administradores, empregados e colaboradores do Administrador Fiduciário e do

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 5 de 28

Gestor de Recursos, em especial aqueles que integram os respectivos comitês dos Administradores de Carteiras, são considerados profissionais detentores de informações privilegiadas, seja em função de suas atribuições, de sua posição e ou do cargo que mantêm e, portanto, devem manter sigilo e confidencialidade das informações que transitam nas respectivas áreas.

19. Nas respostas às solicitações e consultas realizadas por clientes e/ou rede de agências sobre valores de investimentos, composição de carteiras, precificação de ativos, estratégias de investimento e outros assuntos que possam resultar em quebra da confidencialidade da informação, são utilizadas informações públicas.

20. Para o controle de informações confidenciais, o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos adotam as seguintes barreiras:

- i. **Gestão de Identidades**, garantindo segregação, por meio de perfis de acesso, cartão com chip de identidade digital e senhas individuais com requisitos mínimos, restringindo o acesso a estação de trabalho, sistemas e arquivos, de forma a garantir a integralidade das informações e impedir o acesso de pessoas não autorizadas formalmente.
- ii. **Restrição de acesso físico** às áreas, por meio de controladores que permitem a identificação das pessoas que têm acesso a elas e impedimento do acesso de pessoas não autorizadas formalmente.
- iii. **Gravação das ligações telefônicas** dos ramais dos profissionais que têm contato com clientes e/ou que são autorizados a realizar a validação das informações das operações com instituições intermediárias, quando esta validação não for automatizada.
- iv. **Monitoramento das mensagens eletrônicas** dos profissionais da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros que têm contato com clientes e/ou que são autorizados a realizar a validação das informações das operações com instituições intermediárias, quando esta validação não for automatizada.
- v. **Vedação do uso de telefone celular** no ambiente da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 6 de 28

- vi. **Vedação do compartilhamento de recursos humanos e computacionais** entre a Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, bem como com outras áreas e atividades desenvolvidas pelos Administradores de Carteiras.
- vii. **Adoção de níveis de classificação das informações** como **confidencial**, **uso interno** e **pública** em todos sistemas de informações, documentos e mensagens eletrônicas.
- viii. **Processo de registro de eventos**, garantindo rastreabilidade dos acessos realizados às informações (sistemas, arquivos), às ações executadas, usuário associado, data e horário do evento.

Do Programa Contínuo de Treinamento

21. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos mantêm programa contínuo de treinamento compatível com as atividades desempenhadas por seus administradores, empregados e colaboradores, em especial daqueles profissionais detentores de informações privilegiadas.

22. O programa contínuo de treinamento é desenvolvido pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos, por intermédio da Universidade Corporativa Banrisul, de acordo com normas internas específicas aplicáveis às atividades de administração de carteiras, de forma a assegurar que as atividades sejam organizadas e executadas pelos profissionais com imparcialidade, ética e de forma leal àqueles que lhes confiaram parte do patrimônio, sendo responsáveis pela integridade do mercado de capitais.

23. O programa contínuo de treinamento possibilita aos administradores, empregados e colaboradores do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos:

- i. Que tenham acesso a informações relevantes, confiáveis, tempestivas e compreensíveis para o exercício de suas funções e responsabilidades relacionadas às atividades de administração de carteiras.
- ii. Atualizações relativas à legislação, à regulamentação e à regulação vigentes aplicáveis aos mercados financeiro e de capitais.
- iii. Conhecimentos e competências consideradas essenciais e desejáveis para o exercício das funções e responsabilidades, em linha com a trilha de conhecimentos estabelecida para as atividades de administração de carteiras

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 7 de 28

que prevê, dentre outros, conhecimentos quanto a prevenção à lavagem de dinheiro, aos controles internos e às políticas de segurança da informação, de segregação de atividades e de confidencialidade.

- iv. Que obtenham e mantenham atualizada a certificação profissional requerida para as funções e responsabilidades desempenhadas na atividade de administração de carteiras.

24. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos devem disponibilizar o acesso de todos os profissionais que atuam na atividade de administração de carteiras ao programa contínuo de treinamento, em especial quando do seu ingresso e de alterações relevantes, momentos em que são colhidas as adesões, declarações e ciências dos profissionais às políticas e regras aplicáveis a atividade. No caso de não haver alterações das normas, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, os profissionais devem passar por reciclagem.

25. O programa contínuo de treinamento é conduzido, preferencialmente, através da plataforma de ensino à distância (EAD) e/ou em cursos internos presenciais, ambos disponibilizados pela Universidade Corporativa Banrisul e, eventualmente, através de treinamentos externos. Também são conduzidos treinamentos em reuniões, apresentações, instruções administrativas, e-mail ou palestras realizadas com os administradores, empregados e colaboradores do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos, comprovadas por meio de ciência e/ou declaração dos treinados quanto ao assunto abordado.

Do Dever de Lealdade e Imparcialidade

26. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos estão organizados de forma a assegurar que todos os profissionais que desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários atuem com lealdade e imparcialidade.

27. Em decorrência direta do seu dever de diligência, o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos, nas suas respectivas esferas de atuação, permeiam as atividades de administração de carteiras com as seguintes normas de conduta e princípios:

- i. Exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o fundo, empregando o cuidado e a diligência que toda a pessoa ativa e proba costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo, evitando práticas que

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 8 de 28

possam ferir a relação fiduciária com eles mantida e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão.

- ii. Exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo, ressalvadas as situações específicas relativas ao exercício de direito de voto.
- iii. Empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los e adotando as medidas judiciais cabíveis.
- iv. Evitar práticas que possam ferir a relação fiduciária mantida com os cotistas dos fundos de investimento e com os clientes das carteiras administradas. Entende-se por relação fiduciária a relação de confiança e lealdade que se estabelece entre o cotista dos fundos de investimento e a instituição no momento em que é confiada à mesma a prestação de serviço para a qual foi contratada.
- v. Evitar práticas que possam vir a prejudicar a indústria de fundos de investimento e seus participantes, especialmente no que tange aos deveres e direitos relacionados às atribuições específicas de cada uma das instituições participantes, estabelecidos em contratos, regulamentos e na legislação vigente.
- vi. Manter recursos humanos e computacionais adequados às atividades de administração de carteiras que desempenha, observando volume e número de carteiras, além de estrutura que contemple a existência de segregação das atividades.

28. O Administrador Fiduciário, em decorrência do seu dever de diligência e lealdade, de guardião dos fundos de investimento e das carteiras administradas e dos poderes aplicáveis ao Administrador Fiduciário observa as seguintes regras e procedimentos:

- i. Realiza a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação das informações dos fundos de investimento, em consonância com as regulamentações, princípios e regras vigentes.
- ii. Quando contratar terceiro para prestar serviços relacionados à administração de carteiras, realiza prévia e criteriosa análise e seleção do prestador de serviços, em consonância com normas internas que estabelecem as diretrizes

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 9 de 28

da seleção, contratação e monitoramento. Observa, ainda, as seguintes regras e procedimentos: (a) contrata somente terceiros devidamente habilitados e autorizados; (b) figura no contrato como interveniente anuente e, no caso do Gestor de Recursos e da contratação dos serviços de tesouraria, de controle e processamento dos ativos financeiros e na escrituração da emissão e resgate de cotas, firma cláusula que estipule a responsabilidade solidária entre o Administrador Fiduciário e o terceiro contratado por eventuais prejuízos causados aos cotistas em virtude de condutas contrárias à lei, ao regulamento, ou aos atos normativos expedidos pela CVM; (c) independente da responsabilidade solidária, o Administrador Fiduciário responde por prejuízos decorrentes de atos e omissões próprias a que der causa, sempre que agir de forma contrária à lei, ao regulamento, ou aos atos normativos expedidos pela CVM.

- iii. Adota normas de conduta em consonância com o exigido para o administrador de carteira registrado na categoria administrador fiduciário e com as normas internas específicas aplicáveis à administração de carteiras.
- iv. Contrata serviço de custódia ou certifica-se que sejam mantidos em custódia, em entidade autorizada para tal serviço, os ativos financeiros integrantes das carteiras sob sua administração e toma todas as providências úteis ou necessárias à defesa dos interesses dos seus clientes.
- v. Identifica e avalia fatores internos e externos que possam afetar adversamente a implementação da política de investimentos pelo Gestor de Recursos.
- vi. Calcula o valor da cota e o patrimônio líquido dos fundos de investimento e das carteiras administradas, com base nas regras estabelecidas no Manual de Precificação dos Ativos.
- vii. Fiscaliza e acompanha regularmente os serviços prestados pelo Gestor de Recursos no que tange: (a) o cumprimento da política de investimentos, os limites e as condições estabelecidos na regulação e no regulamento dos fundos de investimento ou no contrato de carteira administrada; (b) a manutenção de recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestar os serviços contratados; e (c) a adoção da Política de Gestão de Riscos, sua consistência, se é passível de verificação e se é efetivamente levada em conta no processo de tomada de decisões de investimento (riscos compatíveis com a política de investimentos).

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 10 de 28

- viii. Fiscaliza os serviços prestados pelo custodiante contratado para os fundos de investimento e carteiras administradas no que tange a existência de sistemas de liquidação, validação, controle, conciliação e monitoramento de informações que assegurem tratamento adequado, consistente e seguro para os ativos custodiados.
- ix. Acompanha regularmente, no que tange a distribuição de cotas de fundos de investimento, conforme normas internas aplicáveis: (a) a disponibilidade das informações obrigatórias dos fundos de investimento no site www.banrisul.com.br, bem como para os profissionais responsáveis pela distribuição na rede de agências do Administrador Fiduciário; (b) se as ações tomadas quanto à atualização cadastral do cliente/cotista estão em consonância com a regulamentação vigente; e (c) se as políticas de *suitability*, conheça seu cliente (“KYC”) e de prevenção à lavagem de dinheiro estão de acordo com a regulamentação, regulação e melhores práticas e se atendem aos interesses dos investidores.
- x. Assegurar que, ao contratar parte relacionada para a prestação de serviços, as operações observem condições estritamente comutativas.
- xi. Acompanha a aderência dos preços praticados nas operações de compra e de venda dos ativos financeiros (túnel de preços) executadas pelo Gestor de Recursos, sendo que eventuais desvios identificados nos preços das negociações pelo Administrador Fiduciário devem ser esclarecidos pelo Gestor de Recursos.
- xii. Acompanha se os critérios utilizados no rateio e divisões de ordens definidos na Política de Rateio e Divisão de Ordens do Gestor de Recursos estão sendo cumpridos.
- xiii. Acompanha o cumprimento da Política de Seleção, Contratação e Monitoramento dos Prestadores de Serviços referentes aos ativos negociados para os fundos de investimento e carteiras administradas pelo Gestor de Recursos.
- xiv. Atender ao disposto no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e de Fundos de Investimento, no que couber, e nas diretrizes relacionadas.
- xv. Executa suas atividades em consonância com o exigido para o administrador de carteira registrado, exclusivamente, na categoria administrador fiduciário e com as normas internas específicas aplicáveis à administração de carteiras.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 11 de 28

29. Em decorrência direta do seu dever de diligência e lealdade, o Gestor de Recursos, como prestador de serviço contratado para prestar os serviços de gestão de recursos, observa as seguintes regras e procedimentos:

- i. Adota processo de decisão de investimento formal e disciplinado, de acordo com a Política Formal de Investimento aplicável à administração de carteiras, fundamentado em relatórios de recomendação elaborados pelas equipes de renda fixa e de renda variável da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, avaliados pelo Comitês de Investimento e deliberados pela Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros.
- ii. Toma decisões de compra ou de venda dos ativos financeiros de forma que tenham a única finalidade de alcançar o maior retorno possível para as carteiras, observadas as políticas de investimento e os riscos acordados no regulamento, contrato ou na Política de Gestão de Riscos e, sob nenhuma hipótese, podem ter como fim gerar receita de corretagem para qualquer pessoa que seja.
- iii. Baseia suas avaliações em constante análise do retorno e do risco esperados dos ativos financeiros disponíveis para a negociação e considera os seguintes fatores em relação ao risco das carteiras (a) assegura que toda a exposição a risco está sendo devidamente remunerada, de acordo com os padrões vigentes no mercado; e (b) não ultrapassa os limites de risco acordados no regulamento e/ou contrato ou aqueles definidos na Política de Gestão de Riscos e, quando acontecer, tomar as providências necessárias para ajustar a exposição a risco das carteiras.
- iv. Avalia, sistematicamente, os custos de transação das carteiras, de forma a monitorá-los e minimizá-los como parte integrante do processo de gestão de recursos, assim como adota Política de Seleção de Intermediários que permite selecionar a estrutura de negociação que alcance as melhores condições na execução das ordens de compra e de venda dos ativos financeiros (*best execution*), reavaliada a cada 2 anos.
- v. Transfere às carteiras qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição, sendo-lhe vedado o recebimento de rebate de receitas de corretagem. A única fonte de remuneração do Gestor de Recursos, relativamente as atividades de administração de carteiras, é a taxa de administração auferida pela prestação do serviço de gestão de recursos ou de performance, se for o caso.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 12 de 28

- vi. Não atua na atividade de intermediação da compra e venda dos ativos financeiros nos mercados de renda fixa e de renda variável para as carteiras dos fundos de investimento e carteiras administradas sob gestão de recursos.
- vii. Em linhas gerais, conforme estabelece a Política de Rateio e Divisão de Ordens, não pratica o agrupamento de ordens de compra e venda dos ativos financeiros das carteiras dos fundos de investimento e carteiras administradas sob gestão e, quando o faz, adota procedimentos mínimos como a prática de alocação justa no rateio das ordens.
- viii. Adota o exercício do direito de voto em assembleia, para os ativos financeiros que contemplem esse direito, como parte integrante da política de investimentos do fundo de investimento e/ou da carteira administrada, em consonância com a Política de Exercício de Direito de Voto.
- ix. Seleciona e avalia os intermediários financeiros com quem atua na execução das ordens de compra e de venda dos ativos financeiros para os fundos de investimento e carteiras administradas, a cada 2 (dois) anos, ou a qualquer momento, caso verifique fato relevante que coloque em risco a fidúcia da prestação do serviço.
- xvi. Executa suas atividades em consonância com o exigido para o administrador de carteira registrado, exclusivamente, na categoria gestor de recursos e com as normas internas específicas aplicáveis à administração de carteiras.
30. Aplicam-se a ambos os Administradores de Carteiras, as seguintes regras e procedimentos:
- i. Assegurar que seus administradores, empregados e colaboradores tenham acesso a informações relevantes, confiáveis, tempestivas e compreensíveis para o exercício de suas funções e responsabilidades, adotando para isso o programa contínuo de treinamento e o mecanismo de troca de informação padronizado.
- ii. Comunicar os valores e concretizar os deveres que orientam a atuação dos seus administradores, empregados e colaboradores que atuam na atividade de administração de carteiras através do Código de Ética de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 13 de 28

- iii. Adotar Política de Investimentos Pessoais, conjuntamente com a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Banrisul, com vistas a evitar a existência de conflitos de interesse entre as aplicações dos recursos próprios dos administradores, dos empregados, dos colaboradores Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos e aquelas realizadas para os investidores e os clientes dos serviços de administração de carteiras.
- iv. Manter recursos humanos e computacionais adequados ao volume de negócios e as estratégias de investimento das carteiras de valores mobiliários, com foco no segmento de renda fixa e que possibilitem, de forma adequada, a realização de auditorias internas, inspeções pelos responsáveis pelos controles internos, por terceiros contratados, pela CVM ou pela ANBIMA.
- v. Atender ao disposto no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento e diretrizes relacionadas.
- vi. Manter atualizada e em perfeita ordem e à disposição do cliente, por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM (em meio físico ou eletrônico, admitida a substituição de documentos originais pelas respectivas imagens), toda a documentação relativa às carteiras que lhe competem em função de suas atribuições.

Da Gestão de Riscos

31. O Gestor de Recursos mantém Política de Gestão de Riscos que permite o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários.

32. A Política de Gestão de Riscos é consistente e passível de verificação e estabelece:

- i. Os procedimentos necessários à identificação e ao acompanhamento da exposição aos riscos de mercado, de liquidez, de concentração, de contraparte, operacionais e de crédito, que sejam relevantes para as carteiras de valores mobiliários.
- ii. As técnicas, os instrumentos e a estrutura utilizados para a implementação dos procedimentos necessários à identificação e ao acompanhamento da exposição aos riscos de mercado, de liquidez, de concentração, de contraparte, operacionais e de crédito que sejam relevantes para as carteiras de valores mobiliários.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 14 de 28

- iii. Os limites de exposição a risco das carteiras administradas e dos fundos de investimento que não tenham, respectivamente, no contrato e nos documentos do fundo de investimento, limites expressos.
- iv. Organograma dos cargos das pessoas envolvidas na gestão de riscos e respectivas atribuições e prerrogativas e, se for o caso, o nome do terceiro contratado para monitorar e mensurar os riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários.
- v. A frequência e quais pessoas, além do diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários do gestor de recursos, devem receber relatório da exposição ao risco de cada carteira de valores mobiliários sob gestão.
- vi. A frequência com que a política deve ser revista e avaliada, devendo ser, no mínimo, suficiente para atender aos objetivos de monitoramento, mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários.

33. O Administrador Fiduciário gere, em conjunto com o Gestor de Recursos, o risco de liquidez, nos termos previstos no contrato de gestão e na regulação vigente, que preveem os mecanismos necessários para assegurar a troca de informações entre ambos, necessárias à implementação da gestão do risco de liquidez.

34. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos declaram que os profissionais responsáveis por monitorar e mensurar os riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários: (i) exercem sua função com independência; (ii) não atuam em funções relacionadas à administração de carteiras de valores mobiliários, à intermediação e distribuição ou à consultoria de valores mobiliários, ou em qualquer atividade que limite a sua independência, na instituição ou fora dela; e (iii) se for o caso, podem exercer as mesmas funções em sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum.

Das Informações Prestadas

35. As informações divulgadas pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos devem ser: (i) verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor ao erro; e (ii) escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa. As informações relativas às carteiras de valores mobiliários sob a

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 15 de 28

administração fiduciária e/ou a gestão de recursos não podem assegurar ou sugerir a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco para o investidor e devem ser úteis à avaliação do serviço prestado.

36. O Administrador Fiduciário deve manter em seu site, www.banrisul.com.br, as seguintes informações atualizadas: (i) Formulário de Referência; (ii) Código de Ética; (iii) este Manual de Compliance; (iv) Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários por Administradores, Empregados, Colaboradores e pela Própria empresa (v) Manual de Precificação dos Ativos das Carteiras de Valores Mobiliários que administra.

37. O Gestor de Recursos deve manter em seu site, www.banrisulcorretora.com.br, as seguintes informações atualizadas: (i) formulário de referência, (ii) Código de Ética; (iii) este Manual de Compliance; (iv) Política de Gestão de Riscos; (v) Política de Compra e Venda de Valores Mobiliários no âmbito da Administração de Carteiras; e (vi) Política de Rateio e Divisão de Ordens entre as Carteiras de Valores Mobiliários.

38. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos devem enviar à CVM, até o dia 31 de março de cada ano, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, os formulários de referência com conteúdo que reflita o exigido pelo Anexo 15 – II da ICVM 558, observando as especificidades aplicadas à cada uma das categorias, de administração fiduciária e de gestão de recursos, especificamente, tendo como base as posições de 31 de dezembro de cada ano.

39. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos devem informar nos seus respectivos formulários de referência apenas os dados relativos à área envolvida na administração de carteiras de valores mobiliários, não incluindo dados de outras atividades que exerçam.

Da Seleção, Contratação e Monitoramento dos Prestadores de Serviços

40. O Administrador Fiduciário mantém normas específicas aplicáveis à contratação dos prestadores de serviços de administração de carteiras. A contratação de terceiro devidamente habilitado ou autorizado para a prestação de serviços é facultada, sendo obrigatória para os casos em que o Administrador Fiduciário não estiver devidamente autorizado ou credenciado para a sua prestação ou, se for caso, para atender requisitos específicos de segmentos e/ou categorias de investimento, legislação e/ou regulamentação vigentes específicas de alguns veículos de investimento.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 16 de 28

41. A seleção de prestador de serviços pode ser feita para atender a um fundo de investimento ou a uma carteira administrada, um conjunto de fundos de investimento e/ou carteiras administradas ou a totalidade de fundos de investimento e carteiras administradas. Da mesma forma, podem ser selecionados e contratados diferentes pessoas jurídicas para a prestação do mesmo serviço para diferentes fundos de investimento e/ou carteiras administradas, como por exemplo, dois fundos de investimento distintos com gestores de recursos distintos.


42. No caso dos serviços objetos da Política de Seleção, Contratação e Monitoramento dos Prestadores de Serviços de Administração de Carteiras serem prestados por empresas que pertençam ao Conglomerado Financeiro Banrisul, , tais serviços devem constar em acordo ou contrato formal entre as partes as responsabilidades, observando-se que o Administrador Fiduciário, ao contratar parte relacionada para a prestação de serviços, deve observar condições estritamente comutativas (proporcionalidade entre direitos e deveres).

Plano de Continuidade de Negócios

43. No Conglomerado Financeiro Banrisul, a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) se dá por meio da elaboração de Planos de Continuidade de Negócios (PCN) que descrevem os gestores responsáveis, grupo de pessoas envolvidas e procedimentos necessários à continuidade de negócios. O PCN proporciona que as estratégias de continuidade de negócios sejam aplicadas de maneira coordenada e precisa. Seguem os tipos de planos e suas aplicabilidades:

- i. PRD - Plano de Recuperação de Desastres: define os procedimentos necessários para recuperação dos ativos, assim como recursos, responsabilidades e prazos, mapeando e planejando a restauração dos mesmos de acordo com a sua relevância. Aplicabilidade: todos os ativos ou grupos de ativos, que suportam os processos e atividades críticas de um macroprocesso. Está focado nos ativos de Tecnologia da Informação.
- ii. PCO - Plano de Continuidade Operacional: visa estabelecer um conjunto de procedimentos destinados a manter a continuidade dos processos e serviços vitais de uma organização, considerando-se a ausência de componentes que os suportam, devido à ocorrência de eventos previamente identificados e definidos. Por meio do PCO, os gestores dos processos de negócios sabem como agir, garantindo a continuidade do processo e reduzindo o impacto no negócio. O PCO é revisado, no mínimo, semestralmente. É realizada uma Análise de Impacto no Negócio (AIN) para embasar o PCO, a qual é revisada,

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 17 de 28

	Administração de Carteiras de Valores Mobiliários
Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos ICVM nº 558	

no mínimo, anualmente. Aplicabilidade: todas as gerências que suportam os processos e atividades críticas dos macroprocessos de negócios definidos.

44. Os PCNs (PRD e/ou PCO) possuem informações de contatos das pessoas chave, que são acionadas ou informadas, em caso de ativação do plano.

45. O Conglomerado Financeiro Banrisul possui site de contingência que permite a continuidade das atividades em outro ambiente físico, caso o site principal não esteja disponível. Atualmente, esse ambiente no Conglomerado Financeiro Banrisul é constituído pelos seguintes locais:

- i. CPD I e CPD II – Ed. Sede da Direção Geral e da Fundação Banrisul de Seguridade Social, respectivamente (contingência para os recursos de tecnologia e contingência de escritórios);
- ii. Call Center - Unidade de Relacionamento com Clientes (contingência de escritórios);
- iii. Fábrica de Software – Ed. Rua da Praia - Chase (contingência de escritórios).

46. Caso o ambiente principal esteja indisponível, os ambientes físicos alternativos podem ser utilizados para continuidade dos serviços.

47. Os testes são realizados, no mínimo, semestralmente, sendo que: (i) PRD – Os testes são realizados e registrados em planos de mudança, onde o *mainframe* e o data center alternativo são ativados; (ii) PCO – A ativação do escritório alternativo é realizada pela área de negócio, que registra os resultados dos testes em relatório anexo ou no campo “Testes” do PCO.

Processo Formal de Investimentos e Análise dos Valores Mobiliários do Gestor de Recursos

48. O Gestor de Recursos mantém Política Formal de Decisão de Investimentos e de Seleção e Alocação de Ativos Financeiros que, em linhas gerais, estabelece que os investimentos e desinvestimentos das carteiras de valores mobiliários são avaliados por um Comitê de Investimentos, com base em relatório de recomendação elaborado por analistas e assistentes que compõem a Gerência de

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 18 de 28

Gestão de Recursos de Terceiros, que emite um parecer e encaminha para deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos.

49. O Diretor de Controle e Risco não participa do processo de tomada de decisão de investimento, admitida, no caso do gestor de riscos e desde que preservada sua independência (ou seja, sem relação de subordinação), que eventuais decisões de investimento possam ser monitoradas ou mesmo obstadas, quando excederem os limites de risco controlados por esse responsável.

50. A análise dos valores mobiliários é proprietária, realizada por profissionais da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, com recursos humanos e computacionais suficientes para o desempenho de suas atividades, sendo que as recomendações produzidas são utilizadas, exclusivamente, para consumo interno do Gestor de Recursos no processo decisório dos investimentos e desinvestimentos das carteiras de valores mobiliários sob a gestão de recursos, não sendo distribuída para terceiros.

Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento pelo Administrador Fiduciário

51. O Administrador Fiduciário é o responsável pela distribuição das cotas dos fundos de investimento sob sua administração fiduciária, por meio da rede de agências e meios eletrônicos. Para tanto, atribui a responsabilidade pela distribuição à Diretoria Comercial de Varejo e Distribuição.

52. Os profissionais responsáveis pela distribuição de produtos de investimento na rede de agências têm a qualificação exigida (CPA 10 ou CPA 20) para prestar o adequado atendimento aos clientes.

53. O Administrador Fiduciário possui regras rígidas de preenchimento e atualização cadastral de seus clientes, previstas nos normativos internos aplicáveis ao Conglomerado Financeiro Banrisul. O sistema de cadastro apresenta interface para preenchimento dos dados exigidos pela legislação vigente, que vão desde dados pessoais até informações sobre o patrimônio do cliente. Após a conclusão do cadastro, é gerada ficha cadastral que é impressa e assinada pelo cliente e que fica pendente de liberação até que um comissionado da agência, de posse dos documentos comprobatórios exigidos, confirme a veracidade das informações e efetue a liberação. A partir da liberação da ficha cadastral, é aberta conta corrente onde o recurso a ser investido deve ser depositado. Em seguida, é proposto ao cliente o questionário de análise de perfil do investidor (API) que, se respondido, fornecerá o perfil do cliente. Após isso, é permitido ao cliente realizar investimentos no Banrisul, por meio dos diferentes canais de distribuição do Banco.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 19 de 28

54. Desse modo, os cotistas dos fundos de investimento distribuídos pelo Administrador Fiduciário devem, obrigatoriamente, possuir cadastro como correntista, ter passado pelo processo de API e assinado o termo de adesão do fundo de investimento escolhido. A cada aplicação em fundos de investimento, seja inicial ou aporte adicional, o cadastro é verificado, sendo vedada aplicação para cadastros cuja última atualização ocorreu há mais de 24 meses.

55. No que tange às normas que dispõem sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, o Administrador Fiduciário mantém um conjunto de procedimentos, descritos na Metodologia de Análise do Perfil do Investidor do Conglomerado Financeiro Banrisul, que possibilitam a verificação da compatibilidade dos produtos de investimento que distribui com o perfil de risco do cliente, por meio do processo de análise de perfil do investidor (API), que consiste em:

- i. Coleta de Informações: A coleta de informações é efetuada por meio da aplicação de um questionário que está disponível para todos os correntistas do Banrisul que desejarem conhecer seu perfil de investidor, independentemente de ter ou não investimentos. O perfil obtido é válido para todas as contas correntes do mesmo CPF ou CNPJ, sendo sua validade de 24 meses, podendo o cliente se submeter novamente à sua aplicação quantas vezes julgar necessário e em qualquer tempo.
- ii. Classificação do Perfil do Investidor: Ao término do preenchimento do questionário, é feito um somatório da pontuação obtida em cada resposta e, a partir do resultado, o perfil do investidor é classificado em uma das seguintes categorias: conservador, moderado ou arrojado.
- iii. Classificação dos Produtos de Investimento: Para classificar as modalidades de investimento distribuídas pelo Banrisul são levadas em consideração as seguintes variáveis (quando aplicáveis): (i) riscos associados ao produto e seus ativos subjacentes: risco de taxa de juros, risco de índices de preços, risco de câmbio, risco de bolsa, risco de crédito, risco de liquidez; e risco de commodities; e (ii) riscos associados às características adicionais: perfil dos emissores e prestadores de serviços associados, existência de garantias, prazos de carência, alavancagem e concentração em crédito privado. Com base nas avaliações dessas variáveis, cada um dos produtos de investimento, distribuídos pelo Banrisul foi classificado em um dos 5 (cinco) graus de risco a seguir: (i) Muito Baixo Risco; (ii) Baixo Risco; (iii) Médio Risco; (iv) Alto Risco; e (v) Muito Alto Risco. Essa classificação será revisada a cada 24 meses ou, extraordinariamente, a qualquer momento, em função de adequações

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 20 de 28

pontuais nos produtos de investimento ou de alterações nas regulamentações e/ou regulações e melhores práticas relacionadas ao assunto.

- iv. Adequação do Perfil do Investidor ao Produto Pretendido: De forma a atender ao dever de verificação da adequação dos produtos de investimento, cada uma das categorias de grau de risco foi associada aos perfis de cliente adotados pelo Banrisul, de forma que, para cada perfil de investidor, o Banrisul atribuiu uma cesta de produtos de investimento elegíveis em função de sua faixa de risco, conforme a seguir: (i) produtos de investimento classificados como de muito baixo, baixo e médio risco são elegíveis para todos os perfis (conservador, moderado e arrojado); (ii) produtos de investimento classificados como de muito baixo, baixo, médio e alto risco são elegíveis para os investidores com perfil moderado e arrojado; e (iii) produtos de investimento classificados como de muito alto risco são elegíveis somente para investidores de perfil arrojado.

56. A análise de perfil do investidor será exigida como pré-requisito para aplicações nos produtos de investimento distribuídos pelo Banrisul. Para aqueles que não desejarem responder ao questionário, será facultada a possibilidade de fazê-lo, mediante opção formal, por meio da assinatura do cliente em protocolo impresso ou confirmação por assinatura eletrônica. Sempre que o cliente confirmar essa opção, o Banrisul o alertará que fica impossibilitado de efetuar a análise de perfil do investidor.

57. O Banrisul acompanha sua metodologia de API por meio de relatórios gerados pelos sistemas proprietários que identificam/verificam se os clientes passaram pelo processo e se seus perfis estão aderentes aos investimentos contratados.

58. Relativamente às normas que dispõem sobre a troca de informações entre o Administrador Fiduciário e a rede de distribuição, como o Banrisul é o responsável pela distribuição das cotas dos fundos de investimento sob a administração fiduciária, a inserção e a atualização das informações no site www.banrisul.com.br/investimentos/fundos dos fundos de investimento é realizada pela área de administração fiduciária dos fundos de investimento, na Unidade de Administração de Recursos de Terceiros. As inserções/alterações são realizadas em consonância com a ICVM 555 e regulação e melhores práticas vigentes e de acordo com os procedimentos definidos em manual interno de processos.

59. Como regra geral, o Banrisul não adota comunicação que seja objeto de estratégia mercadológica de fundo de investimento e propaganda institucional com investidores ou potenciais investidores, através de mídia pública

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 21 de 28

ou disponibilizado em agências, locais públicos, mala direta, terminais de autoatendimento ou quaisquer outros veículos e sítios públicos (televisão, impresso, radiofônico, digital, audiovisual e outras tecnologias) e que seja considerado Material Publicitário pelas Diretrizes para Publicidade e Divulgação de Material Técnico de Fundos de Investimento.

60. A divulgação dos fundos de investimento se restringe a comunicação com investidor ou potencial investidor por meio de Material Técnico, assim considerado pelas Diretrizes para Publicidade e Divulgação de Material Técnico de Fundos de Investimento da ANBIMA. O Material Técnico é elaborado na Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e disponibilizado na intranet, para acesso dos profissionais ligados a distribuição de cotas e na internet, para acesso dos investidores/potenciais investidores.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

61. Em relação às normas que dispõem sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa referentes aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos mantêm política de prevenção à lavagem de dinheiro atinente às atividades de administração de carteiras que contemplam ações que envolvem o acompanhamento dos clientes (passivo) de fundos de investimento e das carteiras administradas e os investimentos realizados pelos fundos de investimento (ativos).

62. O Administrador Fiduciário, como responsável pela distribuição das cotas dos fundos de investimento sob a administração fiduciária adota, conforme política interna de prevenção à lavagem de dinheiro, em linhas gerais, processo de identificação de clientes (cadastro) e conheça o seu cliente (“KYC”), por meio do monitoramento das operações e confronto das informações cadastrais com as movimentações praticadas pelos clientes. As aplicações em fundos de investimento somente podem ser feitas através de conta corrente na instituição, além disso não há a distribuição por conta e ordem e nem a distribuição com a intermediação de agentes autônomos. Além disso, o Administrador Fiduciário somente autoriza aplicações em cotas de fundos de investimento para clientes que tenham o cadastro renovado a menos de 24 (vinte e quatro) meses. Ainda, as aplicações em fundos de investimento, via conta conjunta/múltiplas titularidades, os valores são registrados, obrigatoriamente, no CPF do primeiro titular.

63. O Gestor de Recursos, por intermédio da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, controla e monitora a faixa de preços dos ativos e valores

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 22 de 28

mobiliários negociados para os fundos de investimento ou carteiras administradas sob sua gestão, identifica as contrapartes e, se necessário, adota processo de diligência junto ao emissor. Os casos identificados como indícios de lavagem de dinheiro são analisados, documentados e enviados para a Controladoria do Administrador Fiduciário.

64. Para a identificação de indícios de lavagem de dinheiro, o Administrador Fiduciário, por intermédio da Controladoria, adota método que confronta as informações cadastrais com as movimentações praticadas pelos clientes na conta corrente, uma vez que as aplicações em fundos de investimento somente podem ser feitas através de conta corrente na instituição, não havendo a distribuição por conta e ordem e nem a distribuição com a intermediação de agentes autônomos. Além disso, o Administrador Fiduciário somente autoriza aplicações em cotas de fundos de investimento para clientes que tenham o cadastro renovado a menos de 24 (vinte e quatro) meses.

65. Dessa forma, eventuais situações que possam configurar indícios de lavagem de dinheiro na atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, ou podem com eles relacionarem-se, devem ser analisadas e, se e quando consideradas suspeitas pelo Administrador Fiduciário ou pelo Gestor de Recursos, são comunicados nos termos da regulamentação vigente, observada o envio da declaração negativa anual, no caso de não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas durante o exercício civil.

III. Dos Controles Internos

66. Para assegurar o cumprimento das regras e procedimentos relativos à atividade de gestão de riscos, o Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos mantêm mapeamentos dos processos que envolvem as atividades de administração de carteiras, indicando a descrição detalhada do processo e os pontos de controles que, dentre outros, permitem a padronização no desenvolvimento da atividade por ambas as empresas, considerando as responsabilidades/atribuições específicas de cada empresa na atividade de administração de carteiras. Dessa forma, cabe a Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros mapear seus processos operacionais, bem como mantê-los atualizados, com a identificação dos respectivos pontos de controles.

67. Consoante ao Código de Ética de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários, que comunica os valores e concretiza os deveres que orientam a atuação dos profissionais do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos que atuam nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários, é responsabilidade dos administradores, empregados e colaboradores

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 23 de 28

“atuar em conformidade com a legislação, a regulamentação e a regulação vigentes aplicáveis aos mercados financeiro e de capitais e, em caso de contradição ou conflito, adotar o entendimento que representar o maior conservadorismo para as carteiras.” Dessa forma, os profissionais que identificarem desconformidades ao que estabelece este Manual, demais políticas, regras e manuais internos, bem como às regulamentações e regulação e melhores práticas relativos às atividades de administração de carteiras, devem comunicar a situação ao Agente de Controles Internos de sua área de atuação.

68. A Controladoria, como *compliance* do Conglomerado Financeiro Banrisul, também atua nas atividades de *compliance* relativas às atividades de administração de carteiras, entendidas as ações de verificação de conformidade do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos à ICVM 558. Para tanto, conta com Agentes de Controles Internos nas áreas do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos, Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, respectivamente, para atuar nas ações necessárias à melhoria dos controles internos.

69. Quaisquer inconformidades identificadas e/ou comunicadas aos Agentes de Controles Internos são reportadas, imediatamente, ao respectivo gestor do processo e à Controladoria e, no caso do Gestor de Recursos, também ao diretor responsável pelo cumprimento das regras, procedimentos e controles.

70. A Controladoria realiza monitoramentos, testes e questionários, periodicamente, junto à Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e à Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, verificando, dentre outros, a existência dos termos e declarações, das políticas exigidas pela regulamentação vigente, se estão atualizadas e se contemplam o conteúdo mínimo exigido, dos manuais e códigos, dentre outras verificações que atendam a regulamentação e regulação e melhores práticas vigentes.

71. Dentre os monitoramentos/verificações sistemáticos realizados pela Controladoria:

- i. Monitoramento dos limites dos fundos de investimento (i) por emissores; (ii) de concentração dos ativos financeiros; e (iii) dos prazos médios para fins de tratamento tributário, realizado uma vez por semana para todos os fundos de investimento (Módulo SCR Compliance);
- ii. Monitoramento dos procedimentos de marcação a mercado: verificação, por amostragem, de um dia do mês da precificação realizada em ativos de renda variável, títulos públicos, debêntures e FIDC detidos pelas carteiras dos fundos de investimento; coleta o preço desses ativos selecionados nas fontes

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 24 de 28

públicas indicadas na metodologia de precificação e certifica-se de que o preço registrado nas carteiras confere, em todos os fundos de investimento;

- iii. Monitoramento do valor da cota dos fundos de investimento: confronta o valor da cota calculado pela controladoria de ativos e o efetivamente recebido pela controladoria de passivos.

72. Além disso, cabe a Auditoria Interna auditar as regras, os procedimentos e os controles aplicados pelo Administrador Fiduciário e pelo Gestor de Recursos para cumprimento à ICVM 558 e demais regulamentações e regulação e melhores práticas relacionadas, inclusive os requisitos relativos à tecnologia da informação (TI). Dentre os processos de auditoria, sistemáticos, estão:

- i. Auditoria das atividades de Escrituração de Valores Mobiliários, anual, que compreende a avaliação dos procedimentos e dos controles internos implementados para o processo de escrituração de valores mobiliários (escrituração de cotas) e o atendimento à Instrução CVM nº 543/13;
- ii. Auditoria das atividades de Custódia de Valores Mobiliários, anual, que compreende a avaliação dos procedimentos e dos controles internos implementados para o processo de custódia de valores mobiliários (custódia qualificada) e o atendimento à Instrução CVM nº 542/13;
- iii. Auditoria do processo de Análise de Perfil do Investidor – ANBIMA, anual, que compreende a avaliação dos controles adotados para verificar a adequação do produto, serviço ou operação ao perfil do investidor, a revisão do laudo descritivo e a elaboração de parecer sobre os controles avaliados, para encaminhamento à ANBIMA.
- iv. Auditorias de Tecnologia da Informação, anuais, que contemplam (a) o sistema de gerenciamento das carteiras (TOTVS), quanto às análises do processo de gestão de acessos ao sistema, controles de segregação, gestão de mudanças e gestão de incidentes; e (b) o sistema proprietário de gerenciamento dos passivos (BHY), relativo ao processo de gestão de acessos ao sistema, gestão de mudanças, gestão de continuidade de negócios, documentação e normatização dos processos e trilhas de auditoria.

73. As ocorrências de não atendimento aos deveres impostos ao Administrador Fiduciário e ao Gestor de Recursos são encaminhados pela Controladoria, de imediato, tão logo identificadas, à Unidade de Administração de Recursos de Terceiros ou a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, para a elaboração de plano de ação para sanar a irregularidade identificada, com cópia aos

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 25 de 28

diretores responsáveis pela administração de carteiras e ao diretor responsável pelos controles internos do Gestor de Recursos. Caberá ao Agente de Controle Internos, o acompanhamento das ações necessárias à melhoria dos controles internos.

74. No âmbito desse Manual de Compliance, a Controladoria reporta, anualmente, ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I, formado por diretores e executivos do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos, relatórios com as ocorrências e os planos de ações, se houver registros, do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos.

75. Anualmente, a Controladoria prepara e submete à aprovação dos diretores responsáveis pelos controles internos relatórios em cumprimento às regulamentações vigentes do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos, observando, se for o caso, as auditorias internas realizadas, transitando nas duas instituições de forma a incluir o reporte ao Conselho de Administração, contendo:

- (i) As conclusões dos exames efetuados;
- (ii) As recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e
- (iii) A manifestação do diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários e/ou do diretor de gestão de riscos, no caso do Gestor de Recursos, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

76. As conclusões dos exames efetuados tratam do risco legal dos Administradores de Carteiras, e, portanto, devem levar em conta não só o cumprimento da ICVM 558, mas também as demais regulamentações e legislações vigentes aplicáveis às atividades de administração de carteiras, como as que dispõem sobre (i) a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento; (ii) a prevenção à lavagem de dinheiro, tanto aquelas aplicáveis aos clientes dos fundos de investimento e carteiras administradas (passivo), sob a responsabilidade do Administrador Fiduciário, como aquelas relacionadas aos investimentos dos fundos de investimento e carteiras administradas (ativo), sob a responsabilidade do Gestor de Recursos e, solidariamente, do Administrador Fiduciário; (iii) a distribuição de cotas de fundos de investimento aplicáveis ao Administrador Fiduciário; e (iv) ao processo de *suitability* relacionado à distribuição de cotas de fundos de investimento, aplicáveis ao Administrador Fiduciário.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 26 de 28

77. Estes relatórios devem ser elaborados até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, relativo ao ano civil imediatamente anterior à data de entrega, ficando disponíveis para a CVM nas sedes do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos.

Das Disposições Finais

78. O Administrador Fiduciário e o Gestor de Recursos devem dar ciência deste Manual de Compliance aos profissionais que atuam ou venham a atuar nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários, os quais firmam Termo de Adesão (Anexo A), declarando que têm ciência do seu teor, que estão de acordo com seu conteúdo e que têm conhecimento que as infrações ao referido Manual estão sujeitas a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

79. Este Manual de Compliance deve ser reavaliado, no mínimo, a cada 2 (anos), ou sempre que houver alterações relevantes, ou que a regulamentação, regulação e melhores práticas assim o exigir.

80. Este Manual de Compliance deve ser disponibilizado, na sua forma mais atualizada, no site do Administrador Fiduciário, www.banrisul.com.br e no site do Gestor de Recursos, www.banrisulcorretora.com.br.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 27 de 28

ANEXO A - Termo de Adesão ao Manual de Compliance

Eu, _____, CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, que (i) recebi um exemplar do Manual de Compliance; (ii) estou ciente do seu teor e de pleno acordo com seu conteúdo, comprometendo-me a cumpri-lo, fielmente, durante toda a vigência do meu vínculo empregatício e, após, no que for cabível; e (iii) tenho conhecimento que as infrações ao Manual estão sujeitas a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Porto Alegre, XX de XXX de XXXX.

Assinatura

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial () uso interno (X) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê Fiduciário Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 28 de 28